

A TRADUÇÃO POÉTICA SOB O PONTO DE VISTA DO PERSPECTIVISMO

Giselle Cristina Gonçalves Migliari (Mestranda, USP)

email_da_giselle@yahoo.com.br

RESUMO: Neste artigo, a tarefa do tradutor é discutida desde uma perspectiva interpretativa, em detrimento das teorias logocêntricas da tradução, que derivam do essencialismo platônico e que contemplam os dualismos superioridade/inferioridade, original/tradução, forma/conteúdo, literalidade/tradução livre. Para tanto, abordamos a teoria perspectivista de Friedrich Nietzsche, que desconstrói as idéias platônicas de “verdade” e “essência”, e a enlaçamos aos estudos tradutológicos de Rosemary Arrojo. Além disso, a discussão se amplia à tradução literária, mais propriamente à tradução poética, quando ela é vista como um trabalho repleto de dificuldades e preconceitos, ou uma tarefa impossível de ser realizada.

Palavras-chave: Tradução poética; Perspectivismo; Logocentrismo.

Cada língua é uma visão do mundo, cada civilização é um mundo.

O sol que canta o poema asteca é diferente do sol do hino egípcio, mesmo que o astro seja o mesmo.

Octavio Paz

1. A essência do texto “original”

Considera-se que o tradutor enfrenta um difícil desafio ao assumir trabalhos referentes a textos de caráter “literário”. Tais dificuldades parecem se acentuar quando o próprio tradutor e a crítica que o circunda tomam, como parâmetro, teorias tradutológicas que buscam o sentido único da obra original. Nessa busca pela “essência”

dos sentidos, os textos literários se apresentam, em detrimento de textos técnico-científicos, posicionados em muitos momentos opostamente aos primeiros, como um conjunto de termos polissêmicos que exigem tanto uma interpretação “correta” de seus elementos como uma proteção diante de possíveis manipulações do tradutor. A multiplicidade de conotações atribuídas aos textos literários expande ainda mais o seu leque semântico quando o trabalho permeia o âmbito poético. Assim, a tradução, não raras vezes, é vista como impossível, já que a dificuldade do tradutor em definir o sentido considerado “correto” se mostra muito maior.

As teorias lingüísticas ligadas à valorização semântica dos termos tendem a defender a palavra como um receptáculo de sentidos fixos e a buscar a proteção de tais significados no momento do ato tradutório. A leitura, desta forma, caminha para uma atuação passiva de descoberta de sentidos pré-inseridos pelo autor. Caracterizamos a atuação como “passiva” devido à não-interferência do leitor, na construção semântica do texto. Sua atuação, aqui, restringe-se à procura, ao resgate e à transferência dos significados.

O tradutor, dentro de uma missão fundamentada nos pressupostos da proteção semântica da palavra, conhecida também como logocentrismo, tende a avocar a si a responsabilidade de interpretar corretamente os termos presentes no texto. Adentrar o termo em questão, escolher a exata conotação entre as opções de sentidos intrínsecos ao *logos* e transferir os significados, de maneira completa e sem desfigurá-los, à língua de chegada, fazem parte de uma suposta relação de fidelidade entre tradutor e autor. Entretanto, ainda que o tradutor tenha a consciência de todo o trajeto que deve percorrer para alcançar um trabalho satisfatório, conseguir preservar a “essência” do texto ou as intenções do autor parece revelar-se uma tarefa fadada à imperfeição. O tradutor, em sua

leitura, não descobre os sentidos das palavras, mas os constrói a partir de uma interação necessária com os elementos do texto. O pensamento logocentrista, que considera o texto como um guardião de significados inerentes e estáveis, tende a reduzir o papel do leitor ao de simples decodificador e a desvalorizar a leitura como construção ou interpretação. Decifrar significações preestabelecidas pelo escritor do texto considerado “original” se converte em um trabalho impossível para o tradutor, incapaz de estar no lugar e no tempo do autor e de ignorar tudo aquilo que o constitui como sujeito: experiências, valores, ideologias, outras leituras etc.

Diante do panorama traçado, o artigo presente objetiva discutir a questão da tradução vista a partir de uma perspectiva interpretativa, em contraposição a modelos essencialistas de análise tradutológica. Para isso, discorreremos pela teoria perspectivista do filósofo alemão Friedrich Nietzsche, que questiona as idéias platônicas de “verdade” e “essência”. Além disso, aproximaremos a discussão perspectivista dos estudos tradutológicos, com base nos trabalhos de Rosemary Arrojo. Finalmente, adentraremos, considerando tais perspectivas, o âmbito da tradução poética, vista em alguns momentos como um trabalho repleto de dificuldades e preconceitos; em outros, como uma tradução impossível de ser realizada, para compreender, refletir e destacar o pensamento de tradução como uma forma de interpretação.

2. O mundo como interpretação

O logocentrismo, caracterizado pela teoria desconstrutivista como a valorização da palavra (*logos*) e de seu sentido inerente, guarda relações estreitas com os trabalhos semiológicos clássicos. A semiologia é a ciência dos signos e dos significados. Sua

etimologia deriva da palavra grega *seméion*, que significa ‘signo’ (NÖTH, 1995, p. 21).

Os estudos clássicos de semiologia apresentam fundamentos, relacionados aos signos, que derivam da idéia platônica de mundo sensível e mundo inteligível. O mito da caverna figura como a representação dos dois planos - o mundo das aparências, que faz alusão à superfície terrena e aos seus objetos, e o mundo das idéias, representação metafísica do lugar onde estão os verdadeiros sentidos ou a essência das coisas do mundo. Para Platão, os objetos do mundo nada mais são do que representações, simulacros ou “sombras” de essências perfeitas existentes somente no mundo inteligível. O conceito de essência, aplicado à semiologia, apresenta o significante como um elemento intrínseco ao termo lingüístico. Nesta relação entre palavra e sentido, a palavra ocupa a posição de simulacro de algo maior. A concepção essencialista defendida pela semiologia clássica parece depreciar o *logos*, uma vez que o faz ocupar o lugar de uma “sombra projetada na caverna” (ARROJO, 1993, p. 71-89).

Com Platão a noção de imitação adquire acepção metafísica, como lógica decorrência do “distanciamento” entre o plano sensível e o inteligível. Os objetos físicos – múltiplos, concretos e perecíveis – aparecem como cópias imperfeitas dos arquétipos ideais, incorpóreos e perenes. O mundo sensível seria uma imitação do mundo inteligível, pois todo o universo, segundo a cosmogonia de *Timeu*, seria resultante da ação de um divino artesão (demiurgo) que teria dado forma, pelo menos até certo ponto, a uma matéria-prima (a “causa errante”), tomando por modelo as idéias eternas. A arte divina teria produzido as obras da natureza e também as imagens dessas obras (como o reflexo do fogo em uma parede) (PLATÃO, 1999, p. 22).

É possível utilizar a mesma lógica interpretativa do mito platônico e transportá-la para a relação existente entre texto “original” e tradução. Esta desempenha o papel de representação ou de objeto presente no mundo sensível. Já o texto de partida reproduz a

essência ou o sentido e, por conseguinte, detém um valor acentuado, em detrimento de seu derivado. A partir de tal consideração, entendem-se os julgamentos provenientes da relação tradução e texto original, nos quais o texto traduzido é classificado como inferior, como “secundário e provisório em relação àquilo que supostamente substitui” (ARROJO, 1993, p. 73).

O final do século XIX apresenta, como uma de suas correntes filosóficas, uma crítica que dialoga diretamente com a metafísica platônica, relativizando as idéias de “verdade” e “essência”. Os estudos do filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900) parecem desestabilizar o mundo supra-sensível, sustentado por Platão, e impor, como única verdade, a relação interpretativa do homem com os objetos que o rodeiam.

Nietzsche, em seu trabalho, passa a considerar toda a percepção e pensamento humanos sobre uma perspectiva variável e defende a inexistência dos sentidos das coisas ou a “coisa-em-si”. Para Nietzsche, os sentidos, ao contrário do pensamento que os privilegia como elementos intrínsecos aos objetos, representam denominações criadas pelos homens, em virtude de uma necessidade de estabelecimento de relações sociais e de uma imposição pessoal ante os demais seres e objetos.

(...) aquilo que agora denominamos mundo é o resultado de uma multidão de erros e fantasias, que surgiram pouco a pouco no desenvolvimento total do ser orgânico, cresceram entrelaçados e agora nos são legados como tesouro acumulado do passado inteiro – como tesouro: pois o valor de nossa humanidade repousa nele. O fato é que, desse mundo de representação, bem aos poucos e passo a passo – e elevar-nos, pelo menor por instantes, sobre o evento inteiro. Talvez reconheçamos então que a coisa em si é digna de uma homérica gargalhada: ela *parecia* tanto, e mesmo tudo, e, propriamente, *é* vazia, ou seja, vazia de significação (NIETZSCHE, 1999b, p. 73).

Esta visão, denominada aqui Perspectivismo, pondera a perspectiva, em outras palavras, a interpretação de cada indivíduo, frente à realidade, uma vez que o homem compreende o mundo mediante a relação deste consigo, ou seja, mediante a interpretação feita do mundo. Nietzsche argumenta que o homem, imerso em ilusões que ele mesmo cria, percebe o seu entorno a partir de sua própria perspectiva e necessidade de relação, sendo essas determinadas por sua cultura, experiência de vida, valores e ideologias. Para o filósofo, o conhecimento é algo atribuído às coisas e não descoberto. O homem não desvenda as verdades presentes no mundo, mas as cria como resposta a uma necessidade de vida em comunidade, ou seja, estipula, arbitrariamente, conceitos que se cristalizam, dentro do contexto social, desconsiderando a individualidade ou as distinções de cada coisa e inventando, assim, tais conceitos.

O que é a verdade, portanto? Um batalhão imóvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas (NIETZSCHE, 1999a, p. 57).

Nietzsche amplia suas reflexões sobre mundo como interpretação e transporta-as para a relação do homem com a linguagem. Para Nietzsche, a palavra, quer dizer, “a figuração de um estímulo nervoso em sons”, é a designação criada, a partir de metáforas, para expressar a relação do homem com as coisas. A palavra não representa a realidade, mas, simplesmente, metáforas de uma realidade sensível. “Um estímulo nervoso, primeiramente transposto em uma imagem! Primeira metáfora. A imagem, por sua vez, modelada em um som! Segunda metáfora” (NIETZSCHE, 1999a, p. 55).

Assim, a “coisa-em-si”, segundo Nietzsche, é algo que a linguagem não pode captar; esta se resume a exprimir, simplesmente, suas impressões.

3. O Perspectivismo na tradução

A desconstrução das idéias platônicas de “verdade” e “essência”, proposta por Nietzsche, insere-se também no contexto dos estudos tradutológicos. Ao tomarmos como base as vertentes perspectivistas, é possível caracterizar o processo de tradução não mais como um carregamento de sentidos fixos e estáveis, idéia logocentrista, mas sim como uma tarefa de leitura e interpretação do texto de partida.

O tradutor, antes de lê-lo, desempenha um papel de leitor e, por conta de uma íntima relação com o texto, apresenta suas interpretações particulares. Suas interpretações, não necessariamente, condizem com as intenções do autor. Ainda que o tradutor se propusesse a recuperar todas as intenções autorais e todos os sentidos do trabalho original, integralmente, somente lograria escrever aquilo que ele considera como sendo as intenções do autor e os significados originais. O tradutor sempre se baseia em seu filtro pessoal, em sua visão de mundo ou interpretação, que não é totalmente sua, pois esta mantém uma estreita ligação com o seu contexto sócio-histórico, as suas experiências, os valores compartilhados por sua comunidade etc.

O foco interpretativo é transferido do texto, como receptáculo da intenção do “original” do autor, para o intérprete, o leitor, ou o tradutor. Isso não significa, absolutamente, que devemos ignorar ou desconsiderar o que sabemos a respeito de um autor e de seu universo quando lemos ou traduzimos um texto. Significa que, mesmo que tivermos como único objetivo o resgate das intenções originais de um determinado autor, o que

somente podemos atingir em nossa leitura ou tradução é expressar *nossa visão* desse autor e de suas intenções (ARROJO, 2000, p. 41).

A partir dessas considerações, parece toda leitura se apresentar como uma interpretação feita pelo leitor, formada a partir da interação entre os elementos do texto, seus conceitos preestabelecidos socialmente e os elementos que constituem o leitor como sujeito. O conjunto aqui mencionado proporciona uma maior variedade de possibilidade dentro da cadeia de relação produzida pelo leitor no momento da interpretação. Assim, cada leitor será responsável por uma leitura, distinta e fiel à sua visão de mundo. Por meio desta vinculação, texto e leitor, os sentidos emergem de um texto, o que nos remete a distintas significações, sempre que este leitor se modificar. Os diversos sentidos podem ser vistos como a construção de uma concepção em que a palavra é colocada como metáfora em relação ao mundo da experiência. De acordo com essa concepção interpretativa sobre o mundo, todas as palavras são denominações impróprias que expõem a imagem sonora e nunca a essência das coisas. Esta, eterna e imutável, é vista como uma mentira absoluta (NIETZSCHE, 1999a).

Para Rosemary Arrojo, a tradução não representa uma técnica de simples transferência de sentidos de uma língua para a outra, mas um processo de criação de novos significados. Derivado do pensamento perspectivista e filiado também ao desconstrutivismo, seu trabalho defende a valorização do tradutor como um criador de sentidos não oferecidos pelo texto de partida, mas concretizados por meio de uma relação entre texto e leitor. Essa relação retoma o conceito de “contrato”, estipulado por Derrida:

Todo texto responde a essa estrutura. É a estrutura da textualidade em geral. Um texto é assinado apenas muito mais tarde pelo outro. E essa estrutura

testamentária não acontece a um texto como que por acidente, mas o constrói. É assim que um texto acontece (1993, p. 67).

A autora defende, ademais, que toda a linguagem, todo texto, é passível de tradução, seja este literário ou não. Porém, é preciso considerar a tradução como uma ação transformadora, na qual elementos do autor, do texto, do tradutor e do contexto façam parte do jogo de traduzir.

4. A tradução poética

Um estudo feito pelo professor Mario Laranjeira, no final da década de 80, acerca da relação prosa e poesia e suas traduções mostra que, de 390 traduções publicadas, 381 se referem à tradução de texto literário em prosa (97,69%), enquanto somente 9 traduções se referem às obras poéticas (2,31%) (2003, p. 151). Estes dados contrastam significativamente com os números apresentados sobre a publicação nacional: 48,05% da publicação do país, no mesmo período, são de obras poéticas. O número de traduções de poesia, em comparação à publicação do mesmo gênero no Brasil, mostra-se como algo praticamente insignificante.

Segundo Laranjeira, os motivos do escasso desenvolvimento de trabalhos de tradução voltados à poesia são variados:

A meu ver, a complexidade da tradução poética intimida o tradutor, que dela se afasta, temeroso de não estar à altura de tal empreendimento. A isso se acrescenta o preconceito amplamente difundido, mesmo entre poetas e tradutores, que coloca a tradução de poesia como impossível por natureza ou, pelo menos, como uma atividade segunda e secundária, incapaz de produzir textos que tenham a validade dos originais (2003, p. 11).

Começemos pela discussão do que representa um texto literário. Laranjeira o define como sendo um texto em que a língua não desempenha apenas o papel de um suporte para a transmissão da mensagem e sim um elemento relevante na formação da “significância”. Já os textos não-literários são vistos, pelo autor, como obras mais comprometidas com os sentidos de suas mensagens: “as qualidades positivas de tais textos ditos veiculares são a univocidade e a clareza. Têm compromisso com uma racionalidade objetiva e com o critério de verdade” (LARANJEIRA, 2003, p. 21).

Rosemary Arrojo entende o texto literário como uma obra reconhecida pelos seus leitores como tal; sendo assim, essa classificação depende de atribuições sociais (2000). Para a autora, as características que fazem de um texto “poesia” não estão dentro da própria poesia; trata-se de considerações de quem as lê. Este leitor busca adaptar o seu olhar e a sua postura de acordo com a atribuição que sua comunidade concede e reconhece em um determinado texto. Arrojo lança, como exemplo, o caso de um bilhete, deixado na mesa da cozinha por um hóspede americano, no qual se observa a seguinte mensagem: “This is just to say I have eaten the plums that were in the icebox and which you were probably saving for breakfast. Forgive me, they were delicious: so sweet and so cold” (ARROJO, 2000, p. 32). O bilhete poderia ser lido e entendido da maneira como está, sem grandes questionamentos. Porém, este mesmo texto deve sua versão primitiva a um poema do americano William Carlos Williams (1883-1963), sob o título *This is just to say*: “I have eaten / the plums / that were in / the icebox / and which / you were probably / saving for breakfast. / Forgive me / they were delicious / so sweet / and so cold” (BRADLEY, 1974, p. 1618-1619). Neste caso, a leitura, provavelmente, tentaria estabelecer interpretações menos objetivas do que as realizadas no contexto do bilhete, devido à forma conceituada, culturalmente, de se inclinar diante de um texto de

caráter poético.

Por meio do exemplo apresentado, é possível ilustrar a opinião de Arrojo acerca da leitura e da construção do significado textual. Neste caso, o mesmo texto pode ser interpretado tanto como um bilhete quanto como um texto literário, sendo a diferença aqui determinada pela postura do leitor e não por algum elemento intrínseco ao texto. A literatura, portanto, representa uma convenção cultural decidida, conscientemente ou não, por uma comunidade.

Laranjeira defende que a forma do texto leva o seu leitor a adotar certas posturas na leitura. No caso de um poema, o leitor deve reconhecer, antes de começar a ler, que aquele texto se trata de um poema. Para Laranjeira, o tradutor deve se comprometer com a visibilidade do texto, ou seja, deve respeitar as características formais identificadas no texto em questão que, dentro de determinada cultura, dão-lhe o status de poema.

Para o tradutor de poemas, a tradução começa pela transposição de visibilidade. Um soneto deve ser traduzido por um soneto, um poema em versos livres por um poema em versos livres e assim por diante. Caso contrário, estaríamos afastando-nos da tradução rumo à recriação livre, à simples intertextualidade. A nosso ver, a tradução tem compromisso com a visibilidade do original, compromisso que admite alguma flexibilidade, é claro, mas que o tradutor deve tentar preservar (LARANJEIRA, 2003, p. 103).

Mario Laranjeira demonstra sua preocupação no que tange à forma do poema, que, segundo ele, deve ser respeitada pelo tradutor. As questões formais do texto parecem ocupar uma posição de dificuldade nos debates sobre tradução poética, já que há uma defesa de que a forma ajuda a construir o sentido do poema. Porém, como já

dito, o texto, seja ele literário ou não, é lido pelo tradutor, que deve relevá-lo em toda a sua amplitude. O tradutor molda a sua postura de acordo com o tipo de texto com o qual trabalha e as convenções sociais relacionadas à leitura em questão. A partir da leitura, dos elementos textuais e das características desse sujeito-leitor, o tradutor dá início à sua criação. A flexibilidade do tradutor não está no fato de existir um relativismo total e permitido. Qualquer conclusão e decisão do tradutor resultam de uma informação passada pelo seu “filtro” pessoal, que não necessariamente releva os mesmos pontos se “filtrada” por outro tradutor.

Por isso, defende-se que o tradutor conheça as características textuais estudadas em sua cultura e na cultura do texto de partida, tenha uma visão histórico-social vasta e um conhecimento de língua capaz de ampliar suas percepções e interpretações. O texto poético, como uma manifestação social, sempre será carregado de ideologias conectadas à história, elemento que o tradutor deve considerar ao realizar o seu trabalho. O conhecimento histórico da obra e/ou do autor propicia uma expansão das relações de sentido construídas pelo tradutor, o que representa uma possibilidade de maior riqueza da tradução. Assim, o tradutor, sendo ele também um leitor, molda o seu olhar, no momento da leitura, adapta sua postura interpretativa de acordo com as convenções sociais que permeiam o texto com o qual trabalha, sendo este poético ou prosaico, e realiza a sua interpretação, que desencadeará uma tradução. Arrojo resalta que a tradução de textos literários não deixa de ser um trabalho dificultoso, que exige do tradutor tanta sensibilidade e talento quanto seria exigido de qualquer escritor (ARROJO, 2000, p. 36).

Cada texto é único e, simultaneamente, é a tradução de outro texto. Nenhum texto é inteiramente original, porque a própria linguagem em sua essência já

é uma tradução: primeiro, do mundo não-verbal e, depois, porque cada signo e cada frase é a tradução de outro signo e de outra frase. [...] todos os textos são originais porque cada tradução é distinta. Cada tradução é, até certo ponto, uma invenção e assim constitui um texto único (PAZ, 2006, p.5).

5. Considerações finais

A tradução, vista sob o olhar do logocentrismo, é entendida simplesmente como um transporte de significados ou uma substituição de termos de uma língua para outra. Esse tipo de pensamento defende a existência de sentidos fixos e imutáveis presentes no texto. Dessa maneira, o tradutor se transforma em um decifrador de sentidos, um transportador de “carga semântica” de uma língua para outra, que executa, mecanicamente e com a mínima interferência, seu trabalho de traduzir.

Não obstante, a tradução, observada pelo viés do Perspectivismo, se constrói por meio de leituras, que se formam a partir da interpretação de cada leitor. Um texto, enquanto tal, não representa a significação fiel de um objeto; ele se transforma em uma máquina de significados em potencial.

Em outras palavras, nossa tradução de qualquer texto, poético ou não, será fiel não ao texto ‘original’, mas àquilo que consideramos *ser* o texto original, àquilo que consideramos constituí-lo, ou seja, à nossa interpretação do texto de partida, que será, como já sugerimos, sempre produto daquilo que somos, sentimos e pensamos (ARROJO, 2000, p. 44).

Dentro de tal perspectiva, a tradução poética surge como uma prática que deverá passar pelas considerações do tradutor para, assim, ser desenvolvida. O tradutor poético, em seu processo de criação, trabalha com um material externo a ele, ou seja, o poema,

as concepções culturais do texto poético dentro da cultura de partida e de chegada, os conceitos existentes e relativos aos termos presentes no poema e à sua forma, sem nunca abandonar os elementos que o formam como sujeito e leitor.

RESUMEN: En este artículo, se discute la tarea del traductor desde una perspectiva interpretativa, en contraposición a las teorías logocéntricas de la traducción, que derivan del esencialismo platónico y que contemplan los dualismos superioridad/inferioridad, original/traducción, forma/contenido, literalidad/traducción libre. Para tanto, se aborda la teoría perspectivista de Friedrich Nietzsche, que desconstruye las ideas platónicas de “verdad” y “esencia”, y se la enlaza a los estudios traductológicos de Rosemary Arrojo. Además, la discusión gana amplitud hacia la traducción literaria, más propiamente la traducción poética, vista en algunos momentos como un trabajo lleno de dificultades y prejuicios; en otros, como una traducción imposible de realizarse.

Palabras clave: Traducción poética; Perspectivismo; Logocentrismo.

REFERÊNCIAS

ARROJO, R. *Oficina de tradução*. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 2000.

_____. *Tradução, desconstrução e psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BRADLEY, S. et al., ed. *The American tradition in literature*, 4. ed. New York, Grosset & Dunlap, 1974, p. 1618-9. In: ARROJO, R. *Oficina de tradução*. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 2000.

LARANJEIRA, M. *Poética da tradução*. São Paulo: EDUSP, 2003.

NIETZSCHE, F. Humano, demasiado humano. In: *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1999b (1886).

_____. Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral. In: *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1999a (1873).

NÖTH, W. *Panorama da Semiótica: de Platão a Peirce*. São Paulo: Annablume, 1995.

PAZ, O. *Tradução: literatura e literalidade*. Belo Horizonte: FALE / UFMG, 2006, p.5.

Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/site/publicacoes/download/traducao-literatura-site.pdf>.

Acesso em: 25/06/2009.

PLATÃO. *Os pensadores*. São Paulo: Nova cultural, 1999.